

CENTRO & PORTUGAL

Boletim trimestral **37**

*Informação reportada ao
quarto trimestre de 2017*



ccdrc

comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 13** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



37

Boletim trimestral

Informação reportada ao quarto trimestre de 2017

FICHA TÉCNICA

Editor

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Março de 2018

ISSN

2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt

www.ccdrc.pt

Alguns dados de informação conjuntural encontram-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



DATA CENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
de PORTUGAL

No quarto trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto aumentou 2,4% em termos homólogos reais, resultado do contributo positivo da procura interna e do contributo nulo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional diminuiu para os 8,1%, o valor mais baixo dos últimos anos. O nível de preços cresceu 1,5%, tendo acelerado face aos trimestres anteriores. Tanto a confiança dos empresários como a dos consumidores aumentaram face ao trimestre homólogo.

Relativamente ao mercado de trabalho regional, neste trimestre, assistiu-se, em termos homólogos, a uma redução expressiva do desemprego e a um aumento do emprego. A taxa de atividade e a população ativa cresceram ligeiramente em termos homólogos, por contraste com a população inativa que voltou a diminuir. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superou o do trimestre homólogo, enquanto os custos com o trabalho diminuíram.

No setor empresarial da Região Centro, voltou a assistir-se a um aumento das empresas constituídas e a uma diminuição significativa das ações de insolvência, face ao período homólogo. Também o crédito vencido diminuiu, continuando, no entanto, a apresentar níveis elevados. Já os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro mantiveram-se em queda. O setor da construção apresentou uma evolução positiva em termos de obras concluídas, mas no licenciamento registaram-se quebras homólogas significativas e as variáveis relativas ao crédito à habitação também sofreram evoluções desfavoráveis.

A atividade turística da Região Centro registou uma dinâmica significativa com aumentos homólogos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo, continuou a assistir-se a uma contração homóloga real das saídas de bens e a uma aceleração do crescimento homólogo real das entradas de bens. Quase todos os indicadores representativos do consumo privado regional apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas. A taxa de inflação homóloga regional aumentou 1,2% face ao trimestre homólogo.

No PORTUGAL 2020, até 31 de dezembro de 2017, estavam aprovados 3,8 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar investimentos na Região Centro. O CENTRO 2020 foi responsável por mil milhões de euros deste volume de apoios, correspondendo a 1,9 mil milhões de euros de intenções de investimento na região.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto aumentou 2,4% em termos homólogos reais, resultado do contributo positivo da procura interna e do contributo nulo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional diminuiu para os 8,1%, o valor mais baixo dos últimos anos. O nível de preços cresceu 1,5%, tendo acelerado face aos trimestres anteriores. Tanto a confiança dos empresários como a dos consumidores aumentaram face ao trimestre homólogo.

2,4%

foi o crescimento homólogo real do Produto Interno Bruto e

8,1%

a taxa de desemprego nacional

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016
PIB*	v. h. (%)	2,4	2,4	3,0	2,9	2,4	2,7	1,6
Procura interna	v. h. (%)	2,3	3,4	2,8	2,7	2,8	2,8	1,6
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,0	2,6	2,0	2,4	3,0	2,2	2,1
Formação bruta de capital	v. h. (%)	5,9	10,3	10,0	7,4	5,8	8,4	0,8
Taxa de investimento	%	17,4	17,6	17,6	16,8	16,8	17,3	16,4
Exportações	v. h. (%)	7,2	6,2	8,1	10,1	6,8	7,9	4,4
Importações	v. h. (%)	6,9	8,4	7,4	9,1	7,5	7,9	4,2
VAB	v. h. (%)	2,0	2,2	2,3	2,5	1,7	2,2	1,2
Taxa de desemprego	%	8,1	8,5	8,8	10,1	10,5	8,9	11,1
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	1,5	1,1	1,4	1,4	0,8	1,4	0,6
Indicador de confiança dos consumidores	%	2,3	1,5	1,7	-3,4	-8,2	0,5	-11,1
Indicador de clima económico	%	2,0	2,2	2,0	1,4	1,2	1,9	1,1
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,178	1,174	1,100	1,065	1,079	1,129	1,107
	v. h. (%)	9,2	5,2	-2,6	-3,4	-1,5	2,0	-0,3

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), no quarto trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume aumentou 2,4% face ao trimestre homólogo¹, variação idêntica à observada no trimestre anterior.

A procura interna contribuiu positivamente para esta evolução, uma vez que aumentou 2,3% na comparação homóloga, refletindo, no entanto, uma desaceleração do investimento e do consumo das famílias. De facto, neste trimestre, o investimento aumentou 5,9% em termos homólogos (contra os 10,3% registados no trimestre anterior), fixando-se a taxa de investimento nos 17,4%. O consumo das famílias também abrandou, tendo ocorrido um aumento homólogo real, neste trimestre, de 2,0% (face aos 2,6% do trimestre anterior).

A procura externa líquida, neste trimestre, registou um contributo nulo para a variação homóloga real do PIB (após ter sido negativo no trimestre anterior), refletindo a aceleração

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

das exportações de bens e serviços e a desaceleração das importações. As exportações registaram uma variação homóloga real de 7,2%, resultado da aceleração da componente de bens e do ligeiro abrandamento da componente de serviços. As importações em volume aumentaram 6,9% face ao período homólogo, traduzindo o abrandamento no crescimento de ambas as componentes de bens e de serviços.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,0% em termos homólogos reais, continuando em desaceleração face aos restantes trimestres de 2017. Destacavam-se os aumentos homólogos reais nos ramos da “construção” (5,7%), “agricultura, silvicultura e pesca” (5,3%), “indústria” (4,3%) e “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (3,5%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional diminuiu para os 8,1%, menos 2,4 pontos percentuais do que no trimestre homólogo e a mais baixa taxa desde o final de 2009. No quarto trimestre de 2017, estimavam-se 422,0 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo uma diminuição trimestral e homóloga do desemprego de 22,0 e 121,2 mil indivíduos, respetivamente.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, voltou a aumentar na comparação homóloga (1,5%), tendo acelerado para o crescimento mais forte desde 2013. Das 12 classes de consumo, apenas duas registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, mais concretamente, “vestuário e calçado” (-3,6%) e “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,4%). Nas restantes classes ocorreram aumentos homólogos destacando-se, com os maiores valores, a classe dos “restaurantes e hotéis” (4,3%), “transportes” (3,3%), “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,2%) e “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (2,0%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores continuaram positivas, tendo aumentado face ao trimestre homólogo, e atingido o valor máximo da série iniciada em 2007. O facto deste indicador assumir valores positivos e crescentes, significa que existem cada vez mais respostas otimistas do que pessimistas às questões sobre a perspectiva das famílias relativamente à evolução da situação económica do país e financeira do lar. Segundo o indicador de clima económico³ do INE, a confiança dos empresários também aumentou face ao trimestre homólogo, mas diminuiu face ao trimestre precedente.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou 9,2% face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma valorização do euro, que se traduz num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar, da situação económica do País, do desemprego no País e sobre as perspetivas de poupança.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

No quarto trimestre de 2017, assistiu-se a uma redução expressiva do desemprego e a um aumento do emprego na Região Centro. A taxa de desemprego das mulheres igualou a dos homens, o que só tinha ocorrido no terceiro trimestre de 2003. Também a taxa de atividade e a população ativa cresceram ligeiramente, em termos homólogos, por contraste com a população inativa que voltou a diminuir. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem superou o do trimestre homólogo, enquanto os custos com o trabalho diminuíram.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no quarto trimestre de 2017, a taxa de atividade da população em idade ativa⁶ na Região Centro aumentou face ao trimestre homólogo para os 58,9%, evidenciando, no entanto, uma diminuição de 0,8% face ao trimestre anterior e situando-se marginalmente abaixo da média nacional de 59,0%. Como habitual, a taxa de atividade regional dos homens foi bastante superior à das mulheres (65,7% contra 52,9%).

Neste trimestre, a população ativa⁷ da Região Centro ascendia a 1.151,5 mil indivíduos, tendo-se registado um ligeiro acréscimo homólogo (0,1%). Já os inativos⁸ totalizavam 1.081,8 mil indivíduos, menos 1,0% do que no trimestre homólogo, evolução que se deveu essencialmente ao decréscimo dos estudantes com 15 e mais anos e dos domésticos, sendo contrariada pelos reformados.

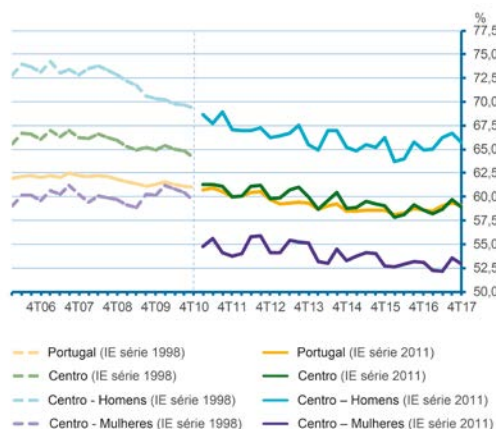
5,9%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre e

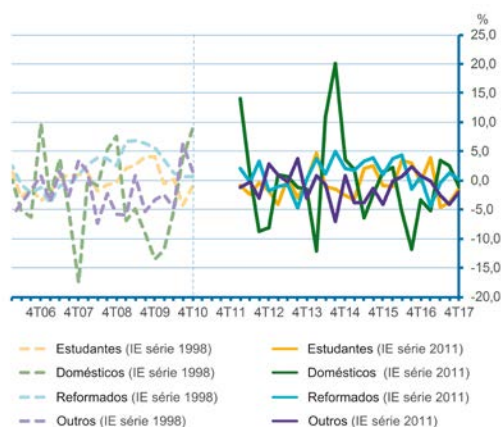
55,4%

foi a taxa de emprego regional

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)⁹



⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁶ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁷ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁸ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

⁹ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016	
								média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	59,0	59,3	59,0	58,5	58,6	59,0	58,5	
Centro	%	58,9	59,7	58,7	58,2	58,6	58,9	58,4	
	v. h. (p.p.)	0,3	0,6	0,6	0,4	-0,4	0,5	-0,7	
População ativa – Centro	milhares	1.151,5	1.168,8	1.149,5	1.141,2	1.150,8	1.152,7	1.147,0	
	v. h. (%)	0,1	0,7	0,8	0,5	-0,5	0,5	-1,2	
População inativa – Centro	milhares	1.081,8	1.066,8	1.088,1	1.099,4	1.093,2	1.084,0	1.100,1	
	v. h. (%)	-1,0	-1,7	-1,7	-1,4	0,2	-1,5	0,7	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	168,8	162,7	181,6	184,7	171,1	174,5	177,1	
	v. h. (%)	-1,3	-3,8	-4,6	3,9	-0,3	-1,5	1,3	
Domésticos	milhares	99,3	96,8	98,6	98,3	100,5	98,2	98,5	
	v. h. (%)	-1,2	2,4	3,4	-5,2	-3,4	-0,3	-4,7	
Reformados	milhares	376,5	378,8	375,6	370,6	375,7	375,4	378,7	
	v. h. (%)	0,2	1,2	-0,5	-4,4	0,7	-0,9	1,8	
Outros	milhares	437,3	428,5	432,4	445,8	445,8	436	445,8	
	v. h. (%)	-1,9	-4,2	-2,6	-0,1	0,8	-2,2	0,9	

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no quarto trimestre de 2017, foi de 55,4%, situando-se acima da média nacional (54,3%) e traduzindo um crescimento de 1,4 p.p. face a igual período do ano anterior.

¹⁰ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

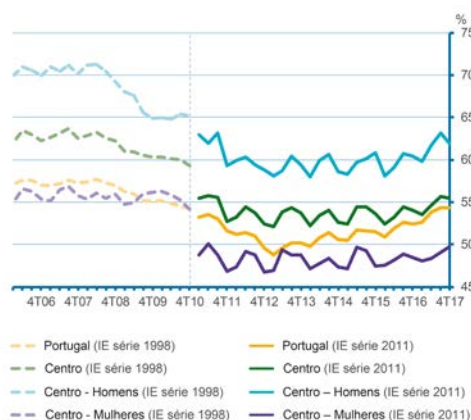
¹¹ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.084,0 mil indivíduos, o que representou um aumento de 2,2% face ao mesmo período do ano anterior. Destacam-se, pelo seu contributo mais expressivo, o aumento dos empregados dos 15 aos 24 anos, que registaram um acréscimo de 22,0% e do emprego no setor terciário com um crescimento de 5,3%. É ainda de realçar a contração homóloga de 14,0% no emprego do setor primário, que deu continuidade à tendência de quebras verificadas desde o primeiro trimestre de 2009.

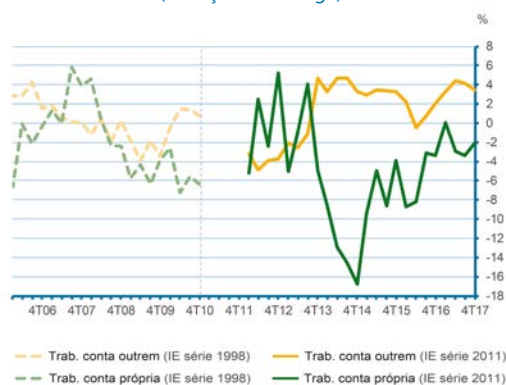
O aumento do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que cresceram 3,5% em termos homólogos. Este crescimento foi mais significativo nos trabalhadores contratados a termo, nos que têm o ensino secundário e pós-secundário como habilitação e nos que desempenhavam as suas funções a tempo completo.

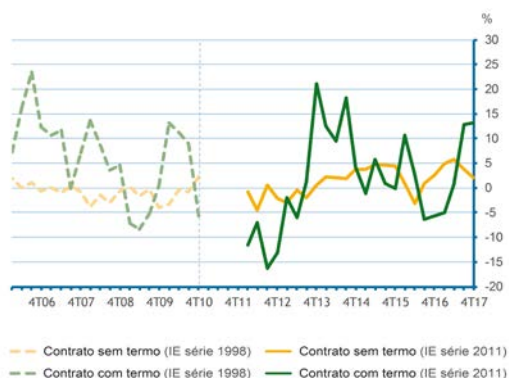
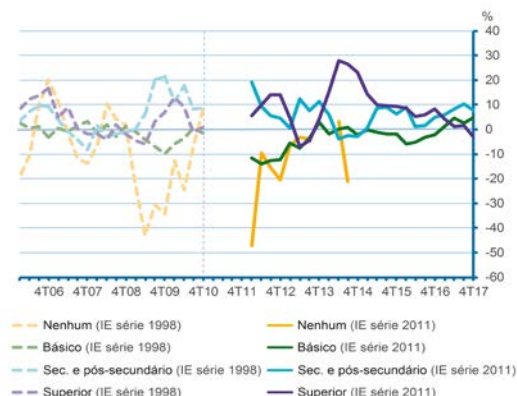
Já os trabalhadores por conta própria continuaram a diminuir, registando, neste trimestre, uma contração de 2,1% face a igual período do ano anterior. Esta evolução resultou da variação homóloga negativa ocorrida nos trabalhadores isolados (-5,9%), sendo contrariada pelos empregadores, que cresceram 10,0%.

Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População empregada no Centro por situação na profissão¹¹ (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹²

Quadro 3 – Emprego		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	54,3	54,3	53,8	52,6	52,4	53,7	52,0
Centro	%	55,4	55,6	54,6	53,5	54,0	54,8	53,5
	v. h. (p.p.)	1,4	1,2	1,4	1,1	0,4	1,3	-0,2
População empregada – Centro	milhares	1.084,0	1.089,4	1.069,4	1.049,2	1.060,4	1.073,0	1.051,0
	v. h. (%)	2,2	2,0	2,3	1,9	0,8	2,1	-0,3
Homens	v. h. (%)	2,3	3,9	4,3	2,9	-0,3	3,3	-0,1
Mulheres	v. h. (%)	2,2	-0,1	0,1	0,8	2,1	0,7	-0,5
15 - 24 anos	v. h. (%)	22,0	12,1	4,8	-1,8	6,1	9,5	1,9
25 - 44 anos	v. h. (%)	-1,4	-1,8	0,3	-1,2	0,7	-1,0	0,5
45 anos ou mais	v. h. (%)	3,5	4,3	3,8	5,2	0,4	4,2	-1,3
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-14,0	-5,4	1,5	1,2	-5,1	-4,2	-10,3
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	2,4	6,9	7,0	2,8	6,1	4,8	1,5
Serviços	v. h. (%)	5,3	1,1	0,3	1,6	-0,4	2,1	1,0
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	858,2	854,5	834,1	822,9	829,5	842,4	811,4
	v. h. (%)	3,5	4,1	4,4	3,3	2,0	3,8	1,1
Contratos sem termo	v. h. (%)	2,1	3,7	5,7	5,0	2,6	4,1	0,3
Contratos com termo	v. h. (%)	13,2	12,9	0,7	-5,0	-5,7	5,2	0,1
Tempo completo	v. h. (%)	4,0	5,8	4,4	2,4	0,8	4,2	1,0
Tempo parcial	v. h. (%)	-3,3	-16,1	4,4	14,9	18,2	-0,5	3,0
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	0,0	§	-5,0	23,1
Básico	v. h. (%)	4,8	2,5	4,7	1,3	-2,1	3,3	-4,1
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	7,6	10,4	8,3	5,7	4,8	8,0	4,1
Superior	v. h. (%)	-3,3	1,6	1,2	4,2	8,1	0,8	6,9
Trabalhadores por conta própria	milhares	220,8	229,8	230,4	222,0	225,5	225,7	230,7
	v. h. (%)	-2,1	-3,4	-2,9	0,0	-3,4	-2,2	-5,9
Isolados	v. h. (%)	-5,9	-0,6	-4,1	-2,5	-5,8	-3,2	-7,7
Empregadores	v. h. (%)	10,0	-11,3	1,1	8,3	5,1	1,5	0,5

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

A taxa de desemprego¹³ regional foi de 5,9%, no quarto trimestre de 2017, traduzindo uma diminuição de 2,0 p.p. face ao trimestre homólogo e representando a taxa mais baixa registada na região desde o primeiro trimestre de 2009. Este valor manteve-se inferior à média nacional, que foi de 8,1%, sendo o mais baixo das sete regiões portuguesas. Apesar das diminuições significativas, o escalão etário dos 15 aos 24 anos continua a ser dos mais afetados pelo desemprego tendo registado, neste trimestre, uma taxa de 15,2%. A taxa de desemprego das mulheres igualou a dos homens, o que apenas aconteceu no terceiro trimestre de 2003, cifrando-se nos 5,9%.

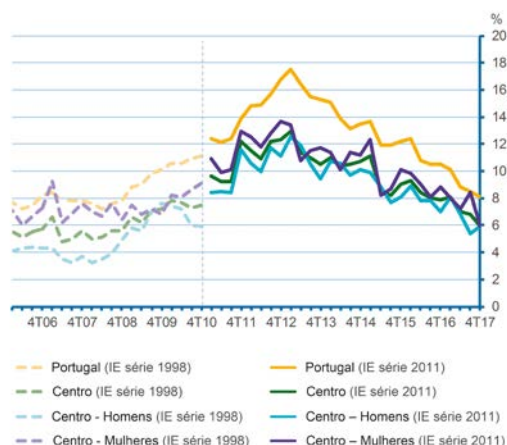
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 67,5 mil indivíduos, menos 25,4% face a igual período do ano anterior. Todas as categorias de desempregados analisadas

¹² Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

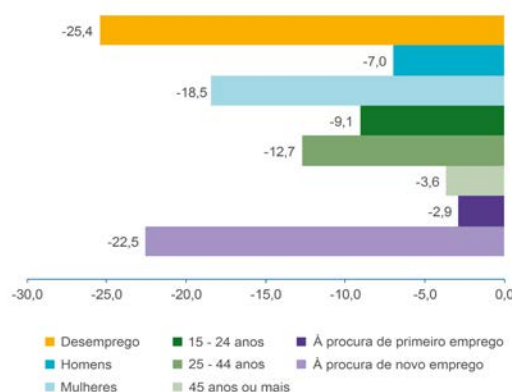
¹³ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

registaram quebras homólogas neste trimestre, destacando-se com as diminuições homólogas mais significativas os desempregados jovens (-40,2%), os desempregados de longa duração (-36,8%) e as mulheres desempregadas (-34,2%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no quarto trimestre de 2017(%)



Quadro 4 – Desemprego		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	8,1	8,5	8,8	10,1	10,5	8,9	11,1
Centro	%	5,9	6,8	7,0	8,1	7,9	6,9	8,4
	v. h. (p.p.)	-2,0	-1,2	-1,4	-1,2	-1,1	-1,5	-0,8
Homens	%	5,9	5,4	6,8	8,1	7,0	6,5	7,8
Mulheres	%	5,9	8,4	7,2	8,0	8,8	7,4	8,9
15 - 24 anos	%	15,2	21,1	20,9	26,4	26,9	20,8	26,8
25 - 44 anos	%	6,0	6,3	7,3	7,9	8,0	6,9	8,2
45 anos ou mais	%	4,4	5,2	5,0	5,8	5,1	5,1	6,1
População desempregada – Centro	milhares	67,5	79,4	80,1	92,0	90,5	79,8	96,0
	v. h. (%)	-25,4	-14,1	-16,1	-12,9	-13,6	-16,9	-10,3
Homens	v. h. (%)	-15,1	-30,3	-9,8	-6,9	-15,4	-15,5	-10,2
Mulheres	v. h. (%)	-34,2	2,6	-21,8	-18,6	-11,7	-18,4	-10,3
15 - 24 anos	v. h. (%)	-40,2	-20,8	-16,8	-8,5	-19,0	-21,4	-7,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	-27,6	-17,3	-13,1	-13,3	0,5	-17,5	-12,4
45 anos ou mais	v. h. (%)	-11,6	-5,6	-19,4	-14,6	-25,0	-13,2	-9,5
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	-25,0	-23,4	-32,5	-42,5	-48,3	-30,6	-26,2
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-25,5	-12,4	-13,8	-8,6	-5,3	-14,8	-7,3
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-9,3	13,9	7,6	-0,9	-7,9	2,6	-7,5
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-36,8	-31,0	-31,9	-21,4	-17,1	-29,9	-12,1

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 811 euros, representando um crescimento homólogo real de 0,2% e dando continuidade à evolução positiva observada desde o quarto trimestre de 2014, que apenas foi interrompida nos dois primeiros trimestres de 2017. De salientar que o salário médio da região continua abaixo da média nacional, que conheceu uma variação homóloga real de 0,8%, cifrando-se nos 865 euros.

O índice de custo do trabalho¹⁴ diminuiu ligeiramente em termos homólogos reais tanto na região (-0,6%), como no país (-0,8%). Esta variação regional deveu-se aos decréscimos homólogos verificados nos custos salariais suportados pela entidade empregadora, bem como, mais significativamente, nos outros custos de trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

¹⁴O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	865	861	851	846	846	856	839
	v. h. real (%)	0,8	1,3	0,1	0,1	0,7	0,6	0,7
Centro	€	811	813	804	791	798	805	799
	v. h. real (%)	0,2	0,7	-1,3	-2,0	0,6	-0,6	2,5
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	-0,8	-0,6	0,0	2,7	-1,8	0,3	-0,8
	v. h. real (%)	-0,6	0,6	3,5	3,3	-0,6	1,6	0,1

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTRADO

No quarto trimestre de 2017, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao trimestre homólogo, voltando a atingir um mínimo histórico. Também os novos desempregados mantiveram a tendência de quebra. Já as colocações realizadas pelo IEFP aumentaram ligeiramente face a igual período do ano anterior, o que já não sucedia desde o quarto trimestre de 2015.

-16,1%

desempregados registados nos centros de emprego regionais do que no trimestre homólogo e

71

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Neste trimestre, encontravam-se inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro 69,0 mil desempregados, o que correspondeu ao valor mais baixo da série e representou uma diminuição homóloga de 16,1%.

Para esta diminuição contribuiu a quebra homóloga ocorrida nos novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região (-10,1%), registando-se, em média, por dia, neste trimestre, 319 novos desempregados (menos 36 do que em igual período do ano anterior).

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, um aumento homólogo de 1,2%, infletindo a tendência de diminuição verificada há quase dois anos. Em termos médios, ocorreram cerca de 71 colocações por dia, aproximadamente mais uma colocação diária do que em igual trimestre do ano anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	69,0	73,0	75,3	83,2	82,2	75,1	91,1
	v. h. (%)	-16,1	-15,2	-20,3	-18,2	-14,6	-17,6	-7,6
Novos desempregados**	milhares	28,7	30,3	24,4	31,2	31,9	28,7	32,4
	v. h. (%)	-10,1	-11,8	-19,3	-6,0	-13,4	-11,6	-8,6
Colocações do IEFP**	milhares	6,4	8,6	8,4	8,0	6,3	7,9	9,0
	v. h. (%)	1,2	-5,5	-20,2	-20,7	-28,7	-12,9	-11,9

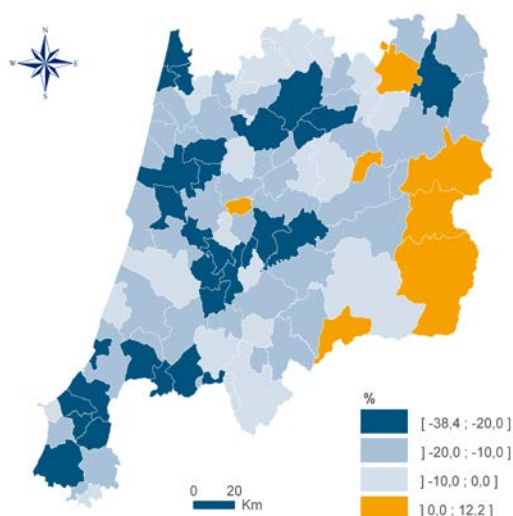
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em apenas sete ocorreu um aumento do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, com crescimentos homólogos acima de 5,0%, os municípios de: Idanha-a-Nova (12,2%), Penamacor (8,4%) e Trancoso (5,7%). Nos restantes 93 municípios, o número de desempregados diminuiu, evidenciando-se, pelas expressivas reduções homólogas, Figueiró dos Vinhos (-38,4%), Óbidos (-33,3%), Pampilhosa da Serra (-33,0%), Pinhel (-32,1%), Penela (-31,7%) e Murtosa (-30,0%).

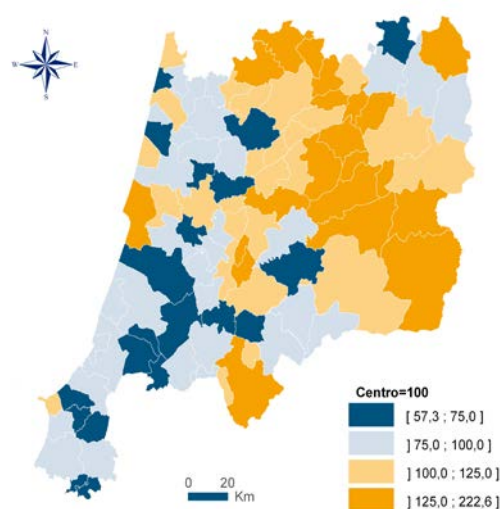
¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2016.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 53 municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ourém (57,3), Cadaval (63,8) e Batalha (65,1). Dos 47 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com índices acima de 170, os municípios de Idanha-a-Nova (222,6), Vila Nova de Paiva (185,7) e Castro Daire (174,1).

Varição homóloga do desemprego registado por município no quarto trimestre de 2017



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no quarto trimestre de 2017¹⁵



EMPRESAS

4,3%

foi a variação homóloga das empresas constituídas na região e

-16,8%

a variação das ações de insolvência na região

No quarto trimestre de 2017, voltou a assistir-se na Região Centro a um aumento das empresas constituídas e a uma diminuição significativa das ações de insolvência, face ao período homólogo. Também o crédito vencido diminuiu, continuando, no entanto, a apresentar níveis elevados. Já os empréstimos concedidos às empresas pelo setor financeiro mantiveram-se em queda, igualando a quebra homóloga registada no trimestre anterior e no primeiro trimestre de 2017.

Neste trimestre, foram constituídas 1.329 empresas na Região Centro, o que correspondeu a um aumento de 4,3% face a igual período do ano anterior, embora evidenciando-se um abrandamento face aos dois trimestres anteriores. Esta evolução regional ficou aquém do crescimento médio nacional (14,9%). Em termos médios, foram criadas, aproximadamente, 15 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 109 novas empresas criadas diariamente no país.

Na região registaram-se 307 ações de insolvência¹⁶ neste trimestre, o que se traduziu numa significativa quebra homóloga de 16,8%, valor superior à evolução nacional (-8,8%) mas menos expressivo que os observados nos três trimestres anteriores. Em Portugal ocorreram

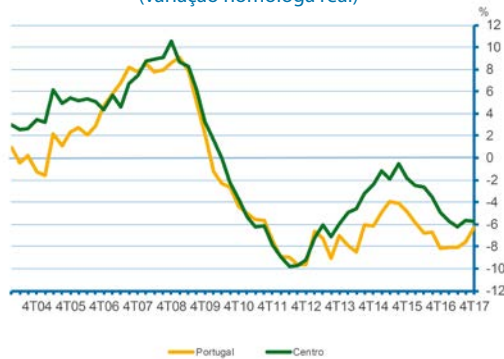
¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

19 ações de insolvência, em média, por dia, das quais três foram de empresas com sede na Região Centro.

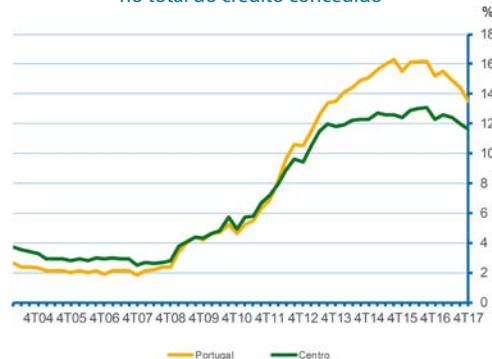
Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de quebra observada nos últimos anos, igualando, neste trimestre, a diminuição homóloga registada no trimestre anterior e no primeiro trimestre de 2017 (5,7%). A evolução homóloga real na região foi ainda assim ligeiramente inferior à da média nacional que se cifrou nos -6,2%.

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, diminuiu em relação ao trimestre homólogo, sendo o mais baixo dos últimos quatro anos. Deste modo, no quarto trimestre de 2017, este indicador fixou-se nos 11,6% na região, ficando abaixo da média do país (13,5%) e mais distante do máximo histórico atingido no terceiro trimestre de 2016 (de 13,2%).

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	9.803	9.055	9.709	11.938	8.530	10.126	9.206	
	v. h. (%)	14,9	13,4	3,8	9,0	2,1	10,0	-1,8	
Centro	número	1.329	1.437	1.541	1.850	1.274	1.539	1.487	
	v. h. (%)	4,3	11,6	5,0	-3,5	-5,3	3,5	-9,3	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras									
Portugal	milhões €	72.556	74.006	74.806	75.853	76.268	74.305	79.278	
	v. h. real (%)	-6,2	-7,6	-8,1	-8,1	-8,1	-7,5	-6,9	
Centro	milhões €	13.435	13.846	13.981	14.070	14.048	13.833	14.493	
	v. h. real (%)	-5,7	-5,7	-6,2	-5,7	-4,9	-5,8	-3,4	
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	13,5	14,4	14,9	15,5	15,2	14,6	15,9	
Centro	%	11,6	12,0	12,4	12,6	12,3	12,2	12,8	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1.696	1.058	1.748	2.137	1.860	1.660	1.945	
	v. h. (%)	-8,8	-28,9	-21,1	-3,5	-2,7	-14,7	0,1	
Centro	número	307	192	300	364	369	291	382	
	v. h. (%)	-16,8	-35,6	-26,8	-18,9	-2,6	-23,8	-2,2	

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

7,3%foi a diminuição
homóloga real das saídas
de bens da região e**7,4%**foi o crescimento homólogo
real das entradas de bens na
região

No quarto trimestre de 2017, na Região Centro, continuou a assistir-se a uma contração homóloga real das saídas de bens e a uma aceleração do crescimento homólogo real das entradas de bens. O mercado extracomunitário voltou a apresentar, pelo terceiro trimestre consecutivo, a mais significativa diminuição das saídas e o mais expressivo crescimento das entradas.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, uma contração homóloga real¹⁷ de 7,3%, contrariando o aumento da média nacional de 5,0% e dando continuidade à quebra registada desde o início de 2017, que influiu 15 trimestres consecutivos de aumentos. Esta evolução foi explicada pela diminuição homóloga das saídas para os mercados intra e extracomunitário, que, neste trimestre, se cifraram nos -2,9% e -20,6%, respetivamente.

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2011).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017 média trimestral	2016
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	14.115,4	13.256,8	13.746,9	13.941,2	13.048,4	13.765,1	12.505,6
	v. h. real (%)	5,0	3,6	3,3	13,0	5,3	6,1	4,4
Intracomunitárias	milhões €	10.419,6	9.716,3	10.237,2	10.400,0	9.405,0	10.193,3	9.392,8
	v. h. real (%)	7,5	1,4	0,8	8,9	3,9	4,6	7,9
Extracomunitárias	milhões €	3.695,7	3.540,5	3.509,7	3.541,2	3.643,4	3.571,8	3.112,7
	v. h. real (%)	-1,6	10,0	11,1	27,3	8,9	10,6	-4,9
Centro	milhões €	2.703,2	2.524,0	2.727,8	2.715,0	2.829,6	2.667,5	2.777,4
	v. h. real (%)	-7,3	-8,7	-8,2	-5,5	2,1	-7,4	4,8
Intracomunitárias	milhões €	2.130,5	1.985,2	2.170,4	2.165,9	2.129,4	2.113,0	2.163,1
	v. h. real (%)	-2,9	-7,1	-8,2	-5,1	2,1	-5,8	7,2
Extracomunitárias	milhões €	572,7	538,8	557,4	549,0	700,2	554,5	614,3
	v. h. real (%)	-20,6	-14,2	-8,4	-7,1	2,0	-13,0	-2,8
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	17.892,8	16.886,8	17.485,5	16.667,2	16.254,4	17.233,1	15.310,7
	v. h. real (%)	7,0	7,9	7,7	9,0	6,8	7,8	5,5
Intracomunitárias	milhões €	13.825,7	12.810,2	13.177,7	12.738,2	12.668,7	13.138,0	11.908,7
	v. h. real (%)	6,1	6,5	3,9	6,5	7,0	5,7	7,2
Extracomunitárias	milhões €	4.067,1	4.076,6	4.307,8	3.928,9	3.585,7	4.095,1	3.402,0
	v. h. real (%)	10,2	12,6	21,4	17,7	6,0	15,3	-0,1
Centro	milhões €	2.301,8	2.183,0	2.356,7	2.255,8	2.083,3	2.274,3	2.029,7
	v. h. real (%)	7,4	6,9	6,6	8,6	7,0	7,4	8,6
Intracomunitárias	milhões €	1.912,5	1.774,3	1.953,3	1.848,5	1.766,7	1.872,2	1.685,5
	v. h. real (%)	5,2	4,9	5,9	9,9	9,0	6,4	8,2
Extracomunitárias	milhões €	389,2	408,7	403,4	407,3	316,6	402,1	344,2
	v. h. real (%)	19,5	16,4	10,0	3,1	-3,3	11,9	10,4

* Os valores de 2015 são definitivos, os de 2016 provisórios e os de 2017 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

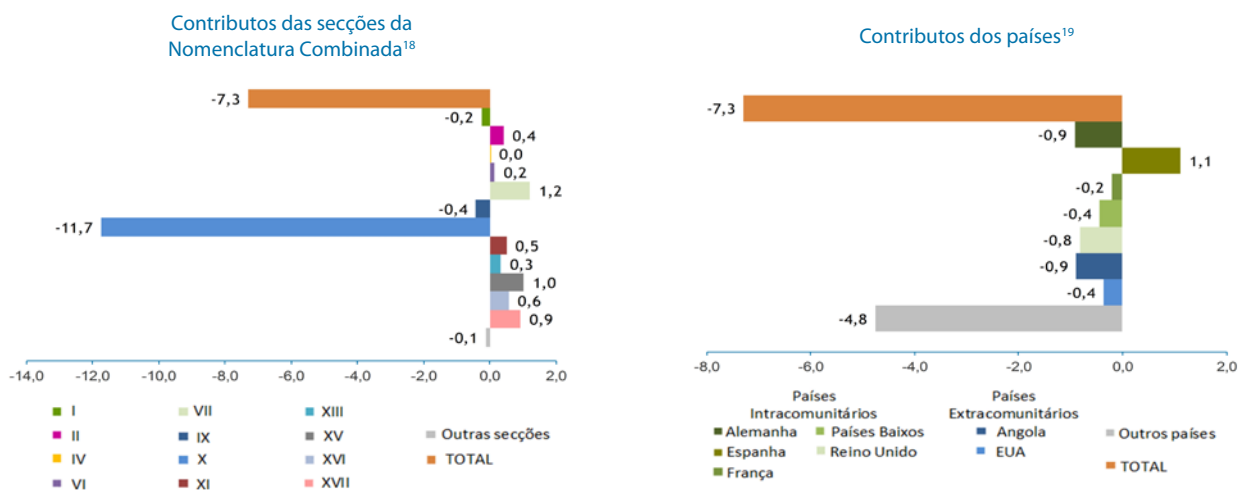
Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificou-se que a secção X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” foi a que contribuiu mais significativamente para a variação homóloga regional negativa de -7,3%, tendo diminuído 11,7%. Os contributos positivos observados em oito das 12 secções, apenas conseguiram explicar, conjuntamente, 5,2 p.p. da variação das saídas de bens registada no trimestre, sendo que os mais significativos ocorreram nas secções VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (1,2%) e XV “metais comuns e suas obras” (1,0%).

Analisando as saídas de bens da região considerando os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constatou-se que os países que mais contribuíram para a variação homóloga regional de -7,3% foram, no mercado intracomunitário, a Alemanha e o Reino Unido (que no conjunto contribuíram em -1,7 p.p. para a variação total) e no mercado extracomunitário, Angola (-0,9%). A contrariar esta evolução negativa apenas Espanha contribuiu positivamente (1,1%).

¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação.

¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que representavam no seu conjunto mais de 70% e 78% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no quarto trimestre de 2017(%)

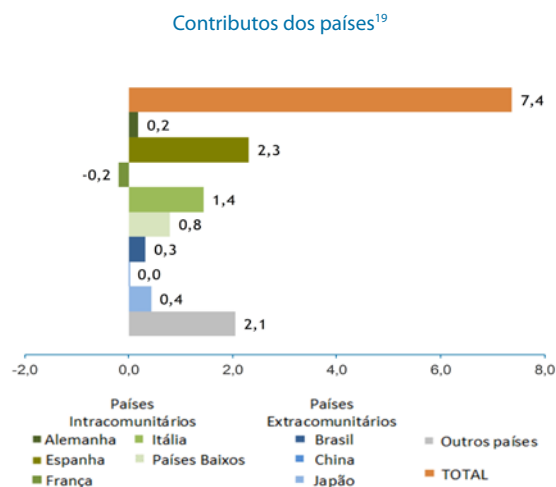
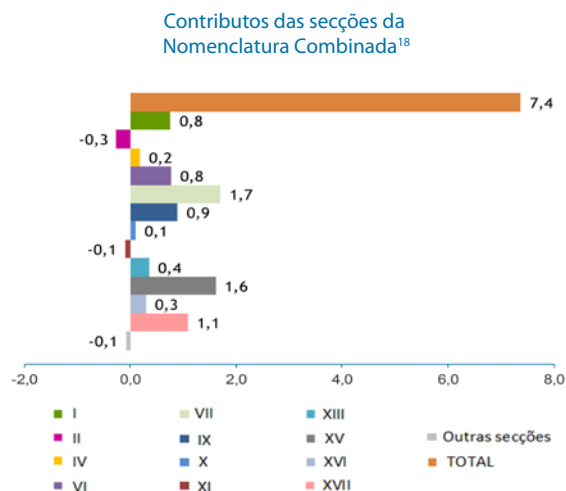


Ao contrário das saídas, as entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um crescimento real de 7,4%, que superou o crescimento médio nacional (7,0%) e traduz uma aceleração face aos dois trimestres anteriores. Ambos os mercados intra e extracomunitários contribuíram para esta evolução positiva na região, tendo, no entanto, o crescimento das entradas provenientes dos países fora da União Europeia sido mais significativo (19,5% contra 5,2% dos países da União Europeia).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que dez contribuíram positivamente em 7,8 p.p. para a variação homóloga real das entradas de bens, com destaque para as secções VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (1,7%) e XV “metais comuns e suas obras” (1,6%). Apenas duas das secções analisadas contrariaram a evolução positiva registada na região: II “produtos do reino vegetal” (-0,3%) e XI “matérias têxteis e suas obras” (-0,1%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que Espanha e Itália foram, no mercado intracomunitário, os países que mais contribuíram para o crescimento homólogo regional de 7,4%, por contraste com a França que apresentou um contributo negativo de 0,2%. No mercado extracomunitário, os três países analisados contribuíram favoravelmente para a evolução registada.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no quarto trimestre de 2017(%)



TURISMO

18,0%

foi o crescimento homólogo das dormidas nos estabelecimentos hoteleiros da região e

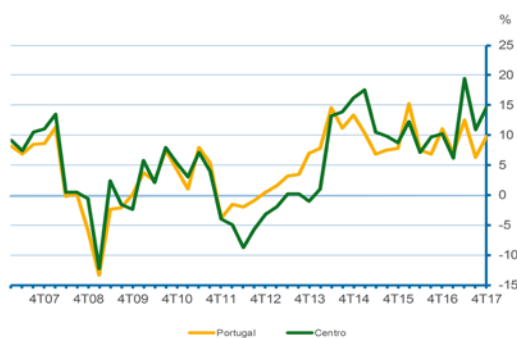
23,1%

foi o crescimento homólogo real dos seus proveitos

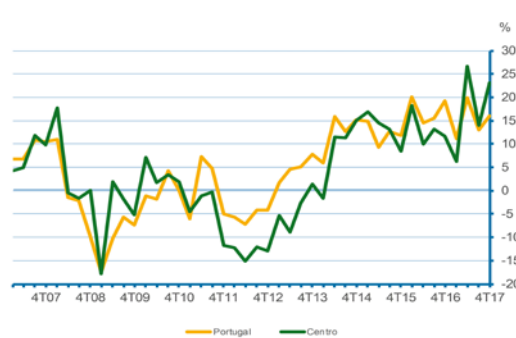
A atividade turística da Região Centro registou, no quarto trimestre de 2017, uma dinâmica significativa com aumentos homólogos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros.

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros da região registaram mais 14,7% de hóspedes, 18,0% de dormidas e 23,1% de proveitos totais, face ao trimestre homólogo. Todos aqueles indicadores cresceram acima da média nacional que foi de 9,8% nos hóspedes, 7,9% nas dormidas e 16,0% nos proveitos totais. Também a estada média na Região Centro aumentou, ainda que ligeiramente, face a igual período do ano anterior, cifrando-se em 1,7 noites, enquanto em termos nacionais manteve-se inalterada em 2,6 noites. Para a evolução regional dos proveitos foi determinante o aumento homólogo real dos proveitos de aposento que cresceram 26,0% e que representavam, neste trimestre, cerca de 66,0% do total de proveitos em estabelecimentos hoteleiros.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros (variação homóloga)



Proveitos totais (variação homóloga real)



Quadro 9 – Turismo*		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016	
								média trimestral	
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	4.392	6.888	5.934	3.429	3.999	5.160	4.740	
	v. h. (%)	9,8	6,3	12,5	6,9	11,1	8,9	9,2	
Centro	milhares	697	1.102	891	508	608	799	706	
	v. h. (%)	14,7	10,9	19,4	6,1	10,2	13,2	9,5	
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares	11.219	21.008	16.454	8.812	10.397	14.373	13.390	
	v. h. (%)	7,9	4,5	12,1	5,1	12,6	7,3	9,6	
Centro	milhares	1.172	2.138	1.551	794	993	1.414	1.234	
	v. h. (%)	18,0	11,8	23,5	2,2	10,1	14,5	9,6	
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	n.º noites	2,6	3,1	2,8	2,6	2,6	2,8	2,8	
Centro	n.º noites	1,7	1,9	1,7	1,6	1,6	1,8	1,7	
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros									
Portugal	milhares €	662.148	1.344.469	937.079	447.726	562.642	847.856	726.870	
	v. h. real (%)	16,0	12,9	19,9	11,1	19,3	15,1	16,6	
Centro	milhares €	59.622	102.467	72.548	37.716	47.750	68.088	57.029	
	v. h. real (%)	23,1	14,0	26,6	6,2	11,7	17,8	12,8	

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2017 são provisórios exceto os do mês mais recente que são preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

No quarto trimestre de 2017, as obras concluídas apresentaram uma evolução positiva na região e no país, a avaliar pelos crescimentos homólogos expressivos em todos os indicadores. No entanto, os edifícios licenciados começaram a mostrar sinais de alguma contração, tendo-se observado, contrariamente aos trimestres anteriores, quebras homólogas significativas em todos os indicadores. Também as variáveis relativas ao crédito à habitação registaram, neste trimestre, evoluções desfavoráveis.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.155 edifícios, o que correspondeu a uma expressiva diminuição homóloga de 14,3%, muito acima da média nacional (-3,7%). Os restantes indicadores do licenciamento também registaram quebras significativas, o que já não ocorria desde o primeiro trimestre de 2016, dando sinais de alguma contração do setor. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de novos fogos para habitação familiar diminuiu 24,6% e o licenciamento de construções novas na região contraiu-se em 9,4%.

Os edifícios concluídos aumentaram 15,1%, na região, face a igual período do ano anterior, mantendo a evolução positiva iniciada no ano de 2017, que influiu cerca de dez anos de quebras homólogas sucessivas. Este crescimento deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (16,0%). Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar aumentaram 19,7%, em termos homólogos, invertendo o comportamento do trimestre anterior. Em termos nacionais manteve-se a evolução positiva significativa registada nos trimestres anteriores, com os edifícios concluídos a registar um crescimento homólogo de 19,6%.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação continuaram em queda no quarto trimestre de 2017, tendo sido observada uma variação homóloga real de -2,5% na região e de -3,1% no país, ainda assim menos acentuadas que as verificadas nos trimestres anteriores. Já o

19,7%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos para habitação familiar concluídos na região e

-2,5%

foi a evolução homóloga real regional do crédito à habitação concedido

crédito à habitação vencido na região registou, neste trimestre, um ligeiro aumento de 0,7%, em termos homólogos reais, contrariando a evolução nacional negativa (-1,8%) e retomando a tendência de aumentos que havia sido interrompida no terceiro trimestre de 2016. A par desta evolução pouco favorável, o peso do crédito vencido no total do crédito à habitação concedido continuou a apresentar, neste trimestre, valores muito próximos dos máximos registados no passado.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 5,4% em termos homólogos reais, acima da média nacional, que apenas cresceu 3,5%. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 954,3 euros (aproximadamente mais 62 euros por metro quadrado do que no mesmo trimestre do ano anterior). O valor médio da avaliação bancária subiu em todas as sub-regiões da Região Centro em termos homólogos reais, destacando-se, com as variações mais expressivas a Região de Leiria e Viseu Dão-Lafões, ambas com 7,6%, e a Beira Baixa com 7,4%.

Ambas as tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva e crescente da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 5,5% no valor médio da avaliação bancária dos apartamentos e de 5,3% nas moradias. A Região de Coimbra manteve o comportamento habitual, sendo a sub-região com a avaliação mais elevada (1.046€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.148€/m²). O Oeste continuou também a apresentar a valorização mais elevada nas moradias (1.011€/m²), enquanto a menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (788€/m²). Esta sub-região era igualmente a menos valorizada nos apartamentos (822€/m²) e em termos médios globais (806€/m²).

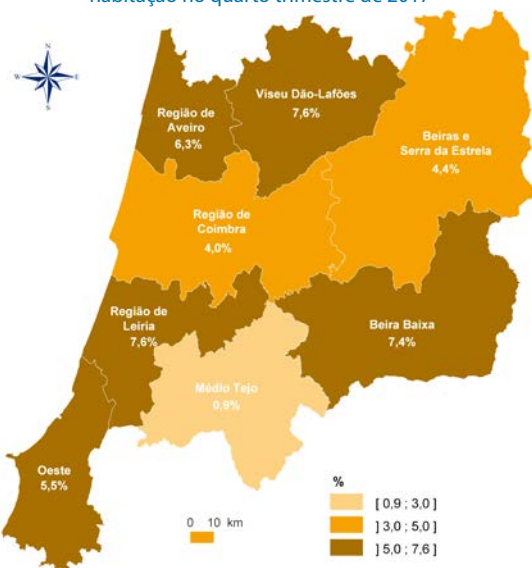
Quadro 10 – Construção e Habitação		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016
							média trimestral	
Edifícios licenciados [*]								
Portugal	número	4.224	4.491	4.718	4.997	4.385	4.608	4.181
	v. h. (%)	-3,7	7,2	9,3	30,4	17,0	10,2	11,9
Centro	número	1.155	1.333	1.368	1.421	1.347	1.319	1.233
	v. h. (%)	-14,3	11,9	8,3	25,5	14,6	7,0	6,3
Construções novas	número	791	915	947	937	873	898	800
	v. h. (%)	-9,4	17,9	18,7	24,6	17,5	12,2	6,1
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-24,6	50,8	17,5	39,9	45,1	15,8	26,7
Edifícios concluídos ^{* **}								
Portugal	número	3.356	3.334	2.903	2.896	2.807	3.122	2.665
	v. h. (%)	19,6	23,2	12,2	13,1	7,4	17,1	-3,2
Centro	número	974	1.014	869	943	846	950	835
	v. h. (%)	15,1	16,6	5,6	17,6	-4,0	13,7	-9,3
Construções novas	número	681	691	611	666	587	662	571
	v. h. (%)	16,0	17,7	6,3	24,7	3,7	16,0	-4,3
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	19,7	-10,6	4,2	45,2	67,8	13,1	25,0
Empréstimos concedidos para habitação								
Portugal	v. h. real (%)	-3,1	-3,6	-4,3	-4,5	-3,9	-3,9	-3,4
Centro	v. h. real (%)	-2,5	-3,1	-3,8	-4,1	-3,6	-3,4	-3,1
Crédito à habitação vencido ^{***}								
Portugal	v. h. real (%)	-1,8	-9,7	-10,2	-7,2	-9,7	-7,4	0,4
Centro	v. h. real (%)	0,7	-8,0	-8,4	-6,1	-8,4	-5,6	2,0
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.145,0	1.124,7	1.111,0	1.107,3	1.090,7	1.122,0	1.067,7
	v. h. real (%)	3,5	3,7	3,4	4,2	3,6	3,7	3,1
Centro	€/m ²	954,3	933,7	915,0	905,0	892,0	927,0	875,4
	v. h. real (%)	5,4	5,0	2,9	4,5	3,6	4,5	2,3

^{*}O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

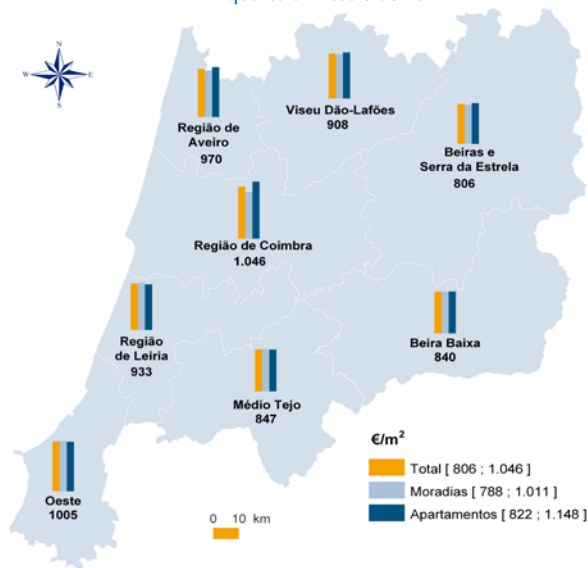
^{**} A informação para os anos de 2016 e 2017 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

^{***} Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2017



Avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2017



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, mantendo-se a tendência observada desde o segundo trimestre de 2015. No que respeita ao consumo privado, quase todos os indicadores apresentaram, neste trimestre, evoluções positivas.

Os níveis médios de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, um aumento de 1,2%, face ao trimestre homólogo. Este crescimento foi inferior à média nacional (que neste trimestre também aumentou, cifrando-se nos 1,5%) e deu continuidade à tendência de aumento iniciada no segundo trimestre de 2015. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou este crescimento dos preços, destacando-se com os aumentos mais significativos os “restaurantes e hotéis” (2,9%), os “transportes” (2,8%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (2,4%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (1,9%). Apenas três classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga: o “vestuário e calçado” (-2,9%), os “acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação” (-0,6%) e o “lazer, recreação e cultura” (-0,2%).

1,2%

foi a taxa de inflação homóloga regional e

8,1%

foi o crescimento homólogo real das compras em terminais de pagamento automático

Quadro 11 – Preços		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	1,5	1,1	1,4	1,4	0,8	1,4	0,6	
Centro	v. h. (%)	1,2	0,9	1,1	1,3	0,7	1,1	0,5	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	1,9	0,5	1,5	2,0	0,4	1,5	0,4	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	2,4	2,4	2,2	2,6	1,9	2,4	2,3	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,9	-1,9	-2,0	-0,1	0,6	-1,8	1,0	
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	1,3	0,7	0,0	0,6	0,5	0,7	0,2	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,6	-1,1	-0,8	-0,7	-0,8	-0,8	0,1	
Saúde	v. h. (%)	1,0	0,7	0,4	-0,7	-0,9	0,3	-0,8	
Transportes	v. h. (%)	2,8	1,9	2,6	5,7	1,9	3,2	-0,5	
Comunicações	v. h. (%)	1,6	3,8	3,5	2,3	4,4	2,8	3,4	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-0,2	1,9	2,2	0,8	1,5	1,2	1,2	
Educação	v. h. (%)	1,6	0,9	1,0	1,0	1,0	1,1	0,6	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	2,9	2,1	2,7	0,0	0,0	1,9	0,8	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	0,9	1,0	0,7	0,1	0,3	0,7	0,9	

No que se refere aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, no quarto trimestre de 2017, na região e no país, ao aumento homólogo real dos empréstimos concedidos para consumo, dos pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático, os quais mantiveram o comportamento positivo observado nos últimos trimestres. Também os levantamentos em caixas multibanco aumentaram em termos homólogos reais, tanto na Região Centro (1,9%) como em Portugal (1,3%), contrariando o comportamento negativo verificado no trimestre anterior.

O crédito para consumo manteve a tendência de aumento regional iniciada no terceiro trimestre de 2016, registando, neste trimestre, uma variação homóloga real de 3,7%. Já o peso do crédito vencido para consumo no total de crédito concedido manteve-se em queda face ao período homólogo e aos períodos anteriores, fixando-se nos 8,6% na Região Centro e nos 9,4% no país, continuando, de forma sustentada, a distanciar-se dos máximos históricos atingidos no ano de 2014.

Em contraste, os únicos indicadores de consumo analisados que sofreram uma contração homóloga real, na região, foram as importações de bens de consumo e as receitas de cinema, mantendo o comportamento de quebra registado no trimestre anterior.

Quadro 12 – Consumo Privado		4T17	3T17	2T17	1T17	4T16	2017	2016	
								média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	1,9	0,2	2,1	1,0	5,6	1,3	9,2	
Centro	v. h. real (%)	-3,3	-4,9	2,1	3,6	10,2	-0,6	12,5	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	-4,6	-5,3	42,4	-3,2	3,7	4,3	2,3	
Centro	v. h. real (%)	-6,6	-5,7	61,2	-4,4	1,0	6,4	-1,1	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	2,6	3,1	2,7	2,1	0,8	2,6	-0,8	
Centro	v. h. real (%)	3,7	4,3	3,6	3,1	2,2	3,7	0,2	
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	9,4	10,5	11,2	11,9	12,1	10,8	13,4	
Centro	%	8,6	9,4	10,1	10,8	11,1	9,7	12,3	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	1,3	-1,1	1,7	0,3	1,4	0,5	1,4	
Centro	v. h. real (%)	1,9	-0,7	2,4	0,3	1,4	0,9	1,6	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	3,6	3,6	4,7	7,0	5,6	4,6	2,5	
Centro	v. h. real (%)	2,9	2,7	4,0	6,1	5,9	3,8	2,5	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	9,4	8,6	11,0	7,4	8,4	9,1	7,9	
Centro	v. h. real (%)	8,1	6,7	10,1	6,6	8,5	7,9	7,5	

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2015 são definitivos, os de 2016 provisórios e os de 2017 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

**Os dados de 2017 das receitas de cinema são provisórios.

***Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No PORTUGAL 2020, até 31 de dezembro de 2017, estavam aprovados 3,8 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar investimentos na Região Centro. O CENTRO 2020 foi responsável por mil milhões de euros deste volume de apoios, correspondendo a 1,9 mil milhões de euros de intenções de investimento na região.

3,8 mil milhões de euros
de fundos europeus aprovados para a
Região Centro até final de 2017 e

52,6%
é a taxa de execução do
POCH na Região Centro

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros, repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

Até ao final de 2017, encontravam-se aprovados 3,8 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 5,8 mil milhões de euros²⁰.

FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional

FSE – Fundo Social Europeu

FC – Fundo de Coesão

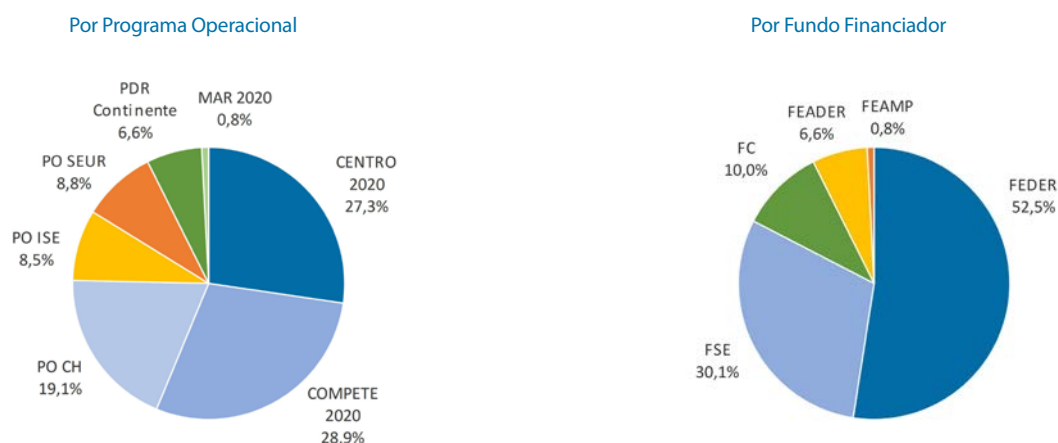
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

²⁰ Em dezembro de 2017, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização), o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH foram os programas operacionais que mais fundos mobilizaram para a região (75,3% no seu conjunto). O FEDER era o fundo financiador de mais de metade dos apoios aprovados (52,5%), seguindo-se o FSE (30,1%), o FC (10,0%), o FEADER (6,6%) e, quase sem expressão na região, em termos relativos, o FEAMP (0,8%).

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (31 de dezembro de 2017)



PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização

PO CH – Programa Operacional Capital Humano

PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego

PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

PDR – Programa de Desenvolvimento Rural

MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 no Centro

Até 31 de dezembro de 2017, estavam aprovados 2,8 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de despesa elegível de 4,2 mil milhões de euros na região.

Quadro 13 - Aprovações nos Programas Operacionais Temáticos do Portugal 2020 na Região Centro (31 de dezembro de 2017)	Aprovações		Execução financeira		
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Taxa de realização de fundo*
	Milhares de euros				
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	2.020.453	1.102.965	552.927	313.374	28,4
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	856.365	727.910	450.593	383.004	52,6
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	372.450	322.273	135.866	119.784	37,2
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	404.011	335.323	42.359	37.143	11,1
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	451.418	251.158	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	70.229	30.930	x	16.073	52,0
TOTAL no Centro	4.174.927	2.770.559	x	x	x

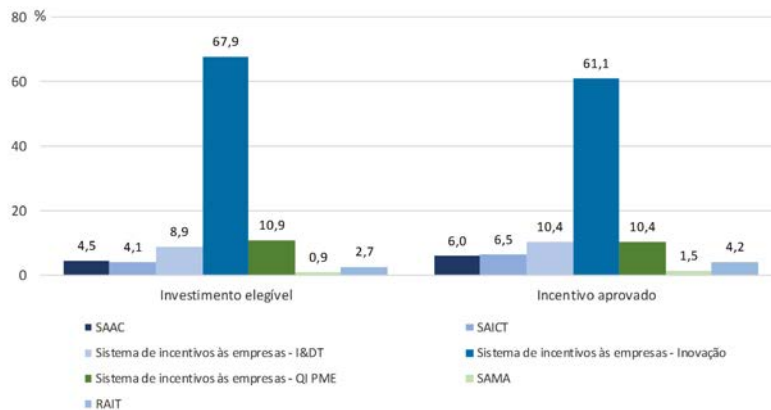
x - valor não disponível
* - fundo executado / fundo aprovado x 100

Até ao final do quarto trimestre de 2017, estavam aprovados no **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização** (PO CI) – COMPETE 2020, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, 2,0 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo europeu de 1,1 mil milhões de euros. A despesa elegível validada ascendia a 552,9 milhões de euros e o fundo executado a 313,4 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução deste programa operacional na região de 28,4%.

O sistema de incentivos às empresas nas suas diferentes tipologias dominava as aprovações do COMPETE 2020 na região, prevalecendo o sistema de incentivos à inovação empresarial, com 61,1% dos fundos europeus aprovados (673,5 milhões de euros), seguido dos incentivos à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) e à investigação e desenvolvimento tecnológico, ambos com 10,4%. O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) absorvia 6,5% do fundo europeu aprovado e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 6,0%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 4,2% do incentivo aprovado, correspondendo a 46,6 milhões de euros de Fundo de Coesão. Trata-se de um apoio de 45,5 milhões de euros à modernização do troço ferroviário Alfarelos-Pampilhosa, da Linha do Norte (Região de Coimbra) e de outro apoio de 1,1 milhões de euros para a implementação da operacionalidade do terminal de granéis líquidos no Porto de Aveiro. De destacar ainda o sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA), com 1,5% do fundo europeu aprovado, tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de qualificação dos trabalhadores em funções públicas.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2017)



I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico

QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas

SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica

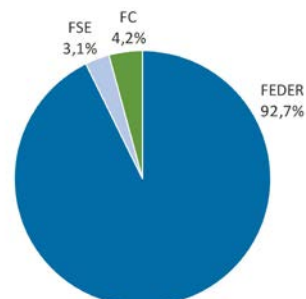
SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa

RAIT – Regime de apoio às infraestruturas de transportes

TIC - Tecnologias de informação e comunicação

A grande maioria das aprovações do COMPETE 2020 na região teve cofinanciamento FEDER (92,7%). No entanto, neste programa operacional existiam também operações comparticipadas pelo Fundo de Coesão (4,2%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (3,1%). No caso do FSE tratava-se, por um lado, do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME) e de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME, e, por outro, do cofinanciamento de formação integrada em candidaturas ao SAMA.

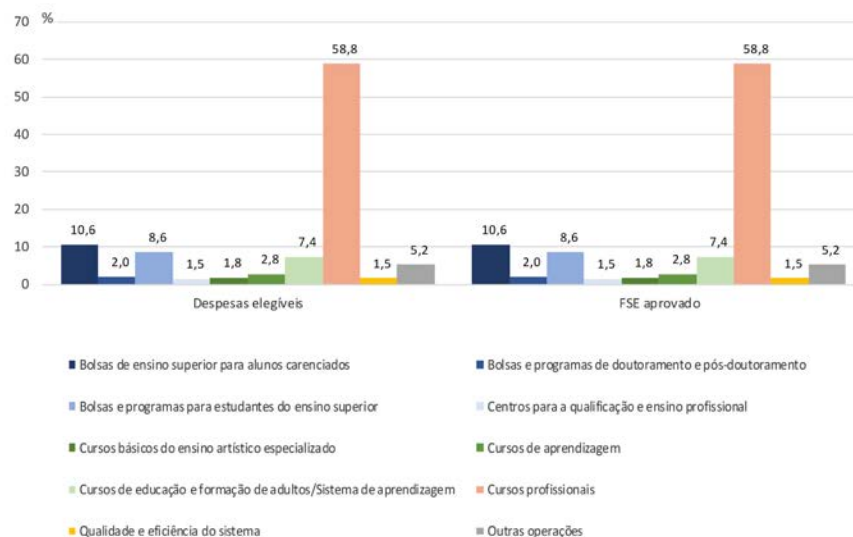
Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (31 de dezembro de 2017)



No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 31 de dezembro de 2017, na Região Centro, estavam aprovados 727,9 milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 856,4 milhões de euros. A despesa elegível validada era de 450,6 milhões de euros e o fundo executado de 383,0 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de execução deste programa operacional na região de 52,6%.

Do apoio aprovado, cerca de 59% destinava-se a cofinanciar cursos profissionais, que visam a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho (já no QREN foram os cursos profissionais que absorveram maior valor de fundo europeu). De entre as restantes ações, destacavam-se ainda as bolsas de ensino superior para alunos carenciados (10,6%), as bolsas e programas para estudantes do ensino superior (8,6%), e os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (7,4%), uma oferta para os adultos que pretendam elevar as suas qualificações.

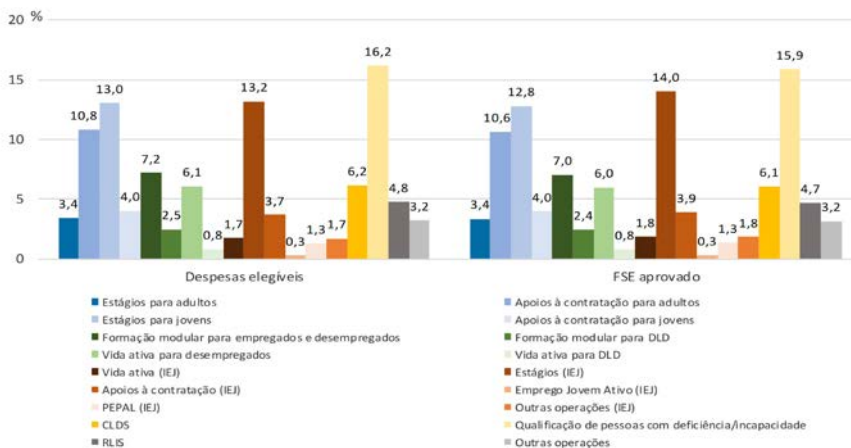
Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2017)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego** (PO ISE), que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, até ao final de 2017, estavam aprovados, na Região Centro, 372,5 milhões de euros de despesa elegível e 322,3 milhões de euros de FSE. A despesa elegível validada totalizava 135,9 milhões de euros e o fundo realizado 119,8 milhões de euros, perfazendo uma taxa de execução do PO ISE na região de 37,2%.

Uma parte relevante do fundo aprovado (23,2%) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo a estágios em empresas e na administração local, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2017)



- CLDS - Contratos locais de desenvolvimento social
- DLD – Desempregados de longa duração
- FSE – Fundo Social Europeu
- IEJ – Iniciativa Emprego Jovem
- PEPAL - Programa de Estágios Profissionais na Administração Local
- RLIS - Rede local de intervenção social

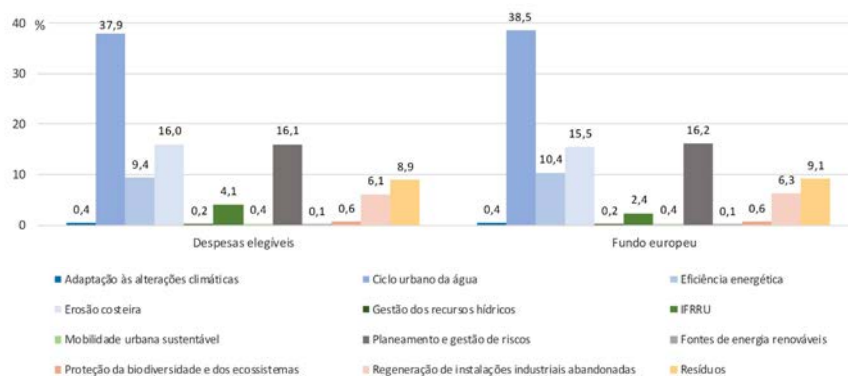
O cofinanciamento de ações de integração no mercado de trabalho assumia, no seu conjunto, um valor ainda mais expressivo (30,8% do FSE aprovado), tratando-se de estágios para jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (12,8%), apoios à contratação de adultos (10,6%), apoios à contratação de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem (4,0%) e de estágios para adultos (3,4%).

A qualificação de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 15,9% do FSE aprovado, tratando-se de ações que possibilitem a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos** (PO SEUR), que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 31 de dezembro de 2017, estavam aprovados, na Região Centro, 404,0 milhões de euros de despesa elegível e 335,3 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de execução deste programa operacional na Região Centro era de 11,1%, com o fundo validado a ascender a 37,1 milhões de euros.

Cerca de 39% do fundo europeu aprovado (129,2 milhões de euros) respeitava a projetos do ciclo urbano da água, na sua maioria para a concretização e remodelação de ETAR, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem de águas residuais. As intervenções relacionadas com planeamento e gestão de riscos totalizavam 54,2 milhões de euros, representando 16,2% do incentivo aprovado. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (11,9 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,8 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros). De referir ainda, pela importância desta questão na Região Centro, as operações na rede de defesa da floresta contra incêndios em áreas sob gestão do ICNF, IP (2,8 milhões de euros) e vários investimentos mais pequenos na prevenção de incêndios, designadamente a construção ou ampliação/remodelação de quartéis de bombeiros, a aquisição de veículos operacionais de proteção e socorro, a instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios, entre outros.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (31 de dezembro de 2017)



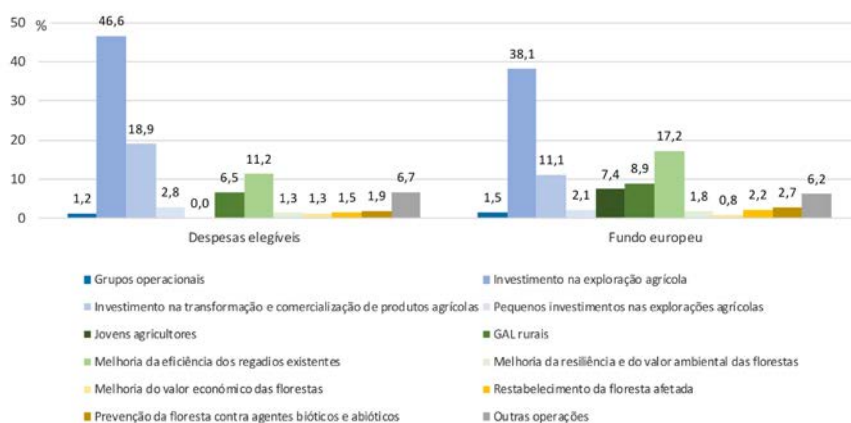
Os projetos de prevenção da erosão costeira absorviam 15,5% do fundo aprovado, destacando-se as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (14,2 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,3 milhões de euros). As ações de eficiência energética representavam 10,4% do fundo aprovado, abrangendo habitações, transportes e sobretudo infraestruturas públicas (9,1%), destacando-se pela relevância dos valores a implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Tomar, da Guarda e de Castelo Branco, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, entre outros.

De destacar ainda os 9,1% de fundo europeu aprovado para valorização de resíduos, onde se evidencia o incentivo de 15,5 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos 3 fluxos multimateriais.

No âmbito do **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 31 de dezembro de 2017, na Região Centro, estavam aprovados 451,4 milhões de euros de despesa elegível e 251,2 milhões de euros de FEADER.

Para este nível de compromisso, contribuíram fortemente os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 95,8 milhões de euros de FEADER (38,1% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental. As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 43,2 milhões de euros de fundo europeu (17,2% do fundo aprovado), destacando-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado) e o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis, designadamente no bloco de rega do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros de apoio aprovado) e no bloco das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2017)

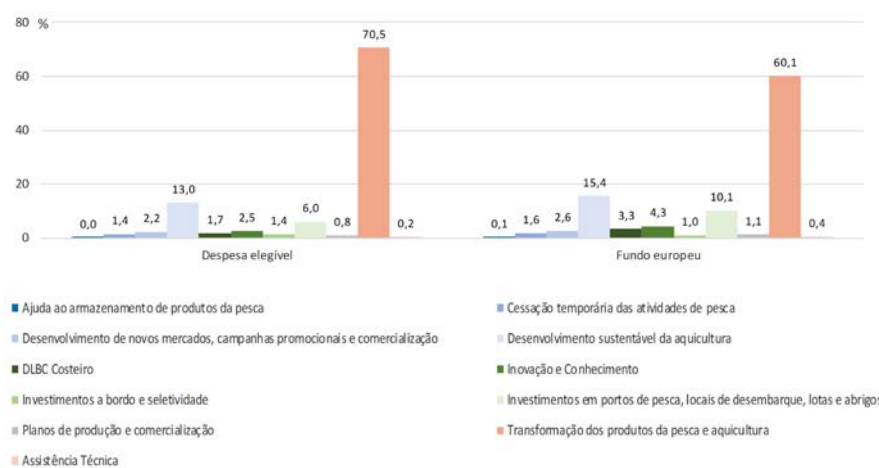


De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas (11,1% do fundo aprovado), que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor, e a área do desenvolvimento local, responsável por 8,9% do FEADER aprovado, operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que terão a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 22,3 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área, 18,0 milhões de euros destinaram-se a apoiar a qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 4,3 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização” e “diversificação de atividades na exploração”.

Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 31 de dezembro de 2017, na Região Centro, tinham sido aprovados 70,2 milhões de euros de despesa elegível e 30,9 milhões de euros de FEAMP. A taxa de execução deste programa operacional na região era de 52,0%, ascendendo o fundo validado a 16,1 milhões de euros.

Os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 60,1% do fundo aprovado. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma participação financeira de FEAMP que ascenderá aos 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (31 de dezembro de 2017)



Destacam-se ainda os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura, responsáveis por 15,4% do fundo europeu aprovado; os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, com 10,1% do FEAMP aprovado (onde se evidencia o investimento no prolongamento do quebra mar interior do porto de Peniche com um fundo aprovado de 1,4 milhões de euros); os projetos de inovação e conhecimento, com 4,3% do fundo aprovado; e os projetos de qualificação das parcerias de desenvolvimento local costeiro, com cerca de 3,3%. No caso da Região Centro estas parcerias encontram-se organizadas em cinco grupos de ação local costeiros no setor das pescas (GAL-Pesca): GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura.

Centro 2020

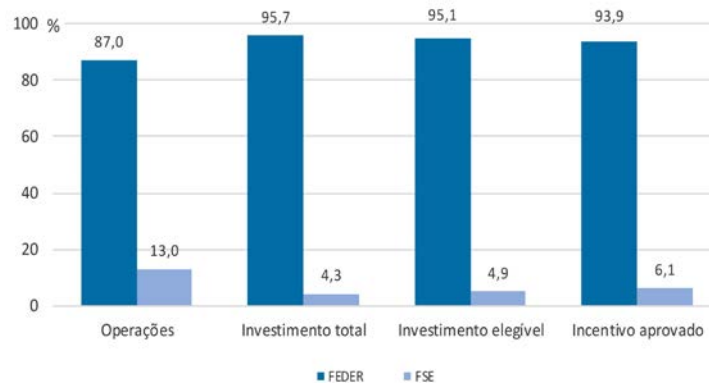
Até 31 de dezembro de 2017, 70% da dotação do **Programa Operacional Regional** – CENTRO 2020 tinha já sido colocada a concurso nos 234 avisos abertos, tendo sido apresentadas 12.532 candidaturas, com intenções de investimento na região de 4,1 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2.155 milhões de euros.

Até ao quarto trimestre de 2017 tinham sido aprovadas 3.470 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento total na região de 1,9 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de mil milhões de euros de fundos europeus. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento de 546 mil euros e um apoio europeu de 300 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do Centro 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		dezembro 2017	setembro 2017	junho 2017	março 2017	dezembro 2016
Concursos						
Total	número	234	220	213	127	116
Fundo comunitário	milhões €	1.508,8	1.430,0	1.379,3	1.189,4	1.096,0
	% da dotação de fundo	70,0	66,4	64,0	55,2	50,9
Em aberto	número	104	83	90	20	15
Fundo comunitário	milhões €	550,7	133,0	145,2	409,1	346,9
Encerrados	número	130	137	123	107	101
Fundo comunitário	milhões €	958,1	1.297,0	1.234,1	780,3	749,1
Candidaturas apresentadas						
Total	número	12.532	10.644	8.114	6.423	6.306
Investimento total previsto	milhões €	4.097,5	3.811,1	3.347,5	2.770,9	2.659,1
Operações aprovadas						
Total	número	3.470	3.353	3.076	2.616	2.469
Investimento total	milhões €	1.895,9	1.744,2	1.447,3	1.194,3	1.086,9
Investimento elegível	milhões €	1.587,6	1.455,7	1.241,6	1.026,0	937,6
Fundo comunitário	milhões €	1.041,5	955,0	801,6	652,9	577,0

A estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 81% de FEDER e 19% de FSE (ou seja, 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE). Até ao final de 2017, a grande pressão continuava sobre o FEDER (93,9% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda muito distante dos montantes programados. Deste modo, embora a grande maioria das aprovações tivesse cofinanciamento FEDER (3.020), estavam aprovadas 450 operações com comparticipação de FSE (63,9 milhões de euros), correspondendo a 15,8% da dotação programada e a 6,1% do incentivo total aprovado até à data.

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (31 de dezembro de 2017)

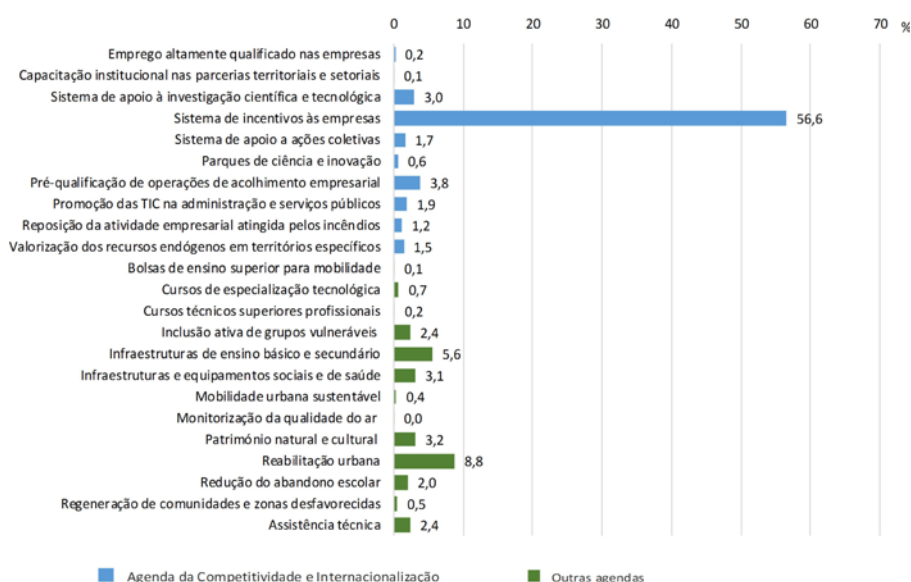


O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 70,5% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 2.988 operações aprovadas (86,1% do total), 1.441,4 milhões de euros de intenções de investimento e 734,7 milhões de euros de incentivos.

A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 2.709 operações aprovadas e 589,2 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 56,6% do fundo europeu total aprovado.

Ainda neste domínio destacavam-se os projetos relativos às áreas de acolhimento empresarial, com 3,8% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos. O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 3,0% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia. De referir ainda neste domínio, pelo seu caráter circunstancial, os apoios específicos para os territórios da Região Centro afetados pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017 (designadamente Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã) para restabelecimento da capacidade produtiva das empresas afetadas (1,2% do fundo europeu aprovado).

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de dezembro de 2017)



Fora do domínio da competitividade e internacionalização, destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (8,8% dos fundos aprovados), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,6%), ao património natural e cultural (3,2%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,1%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (2,4%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. Dos 91,3 milhões de euros aprovados para operações de reabilitação urbana, 15,6 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020) e 13,1 milhões de euros constituíam apoios para recuperação das infraestruturas básicas municipais afetadas pelos incêndios do dia 17 de junho de 2017.

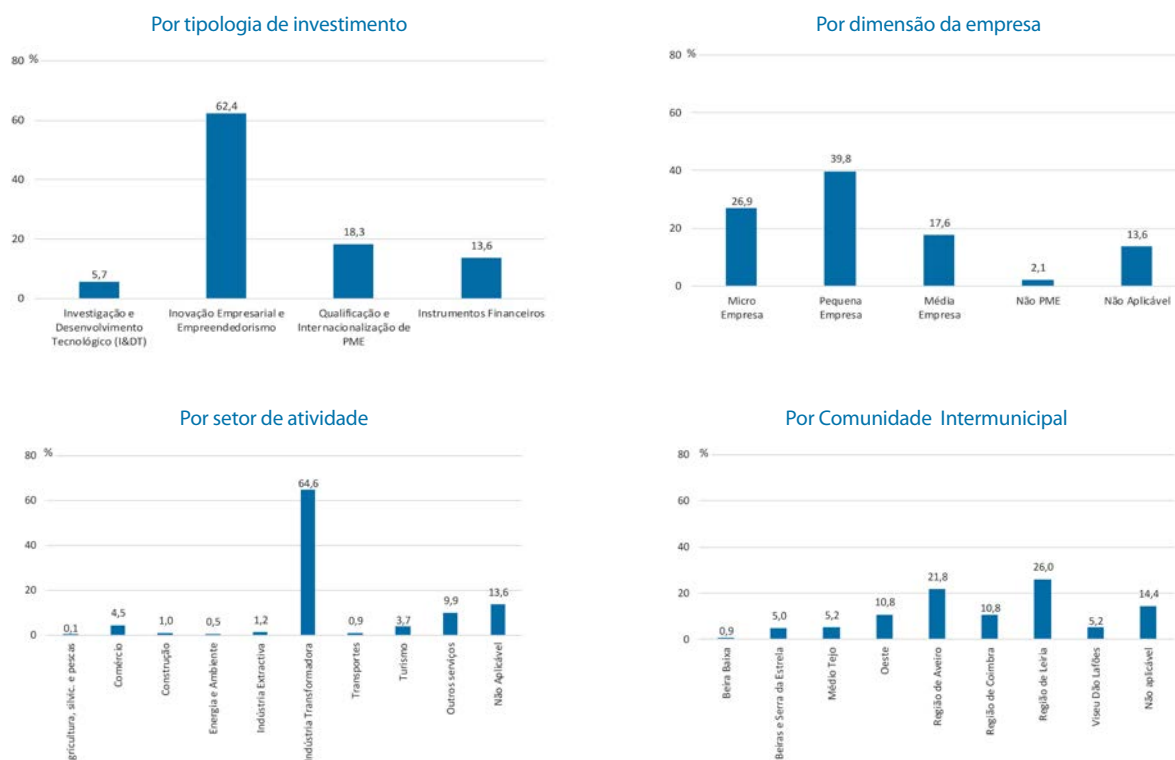
De salientar que as operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (25,1 milhões de euros de fundo aprovado) e também a medidas que visam a redução do abandono escolar (21,0 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária²¹, a cursos de especialização tecnológica (7,6 milhões de euros), formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (4,0 milhões de euros), incentivos à contratação de emprego altamente qualificado nas empresas (2,5 milhões de euros), cursos técnicos superiores profissionais (1,7 milhões de euros), bolsas de ensino superior para a mobilidade (1,4 milhões de euros) e ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais, designadamente na articulação regional de redes de cooperação estratégica e promoção internacional (0,6 milhões de euros).

²¹ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 62,4% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo, enquanto apenas 5,7% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Oitenta milhões de euros (13,6% do fundo aprovado no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas) estavam afetos a instrumentos financeiros, correspondendo ao valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista. Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (39,8%) e micro empresas (26,9%) e à indústria transformadora (64,6%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

CIM - Comunidade Intermunicipal
PME - Pequenas e médias empresas

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (31 de dezembro de 2017)



Até esta fase, a gestão do PORTUGAL 2020 esteve muito focada no lançamento de avisos e nas aprovações dos projetos, havendo, no entanto, um esforço para que a execução seja acelerada, nomeadamente com as várias iniciativas do programa Acelerador de Investimento para antecipar e acelerar a execução dos projetos e, conseqüentemente, do investimento privado e público no país. Deste modo, até ao quarto trimestre de 2017, o programa tinha 48,3% da sua dotação comprometida e estavam validados 258,9 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 12,0%. Face aos trimestres anteriores, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução continuou a aumentar, situando-se nos 36,3 p.p., colocando cada vez mais pressão na execução.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 282,7 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (109,2%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 27,1%. Note-se, no entanto, que, face aos trimestres anteriores, a taxa de reembolso diminuiu, começando a refletir a conversão dos adiantamentos (que permitem aos beneficiários disporem de liquidez para a realização de despesa) em despesa efetiva e validada.

Quadro 15 - Monitorização do Centro 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		dezembro 2017	setembro 2017	junho 2017	março 2017	dezembro 2016
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	368.977	268.633	216.606	161.411	103.134
Fundos comunitários	milhares €	258.895	182.943	148.163	110.659	71.975
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	282.715	224.676	185.078	152.460	109.433
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	48,3	44,3	37,2	30,3	26,8
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	12,0	8,5	6,9	5,1	3,3
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	24,9	19,2	18,5	16,9	12,5
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	27,1	23,5	23,1	23,4	19,0
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	109,2	122,8	124,9	137,8	152,0

FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
 - Inquérito ao Emprego
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
 - Inquéritos Qualitativos de Conjuntura
- Banco de Portugal
 - Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Índice de Custo do Trabalho (Base 2012)

Desemprego Registado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Iberinform, Crédito y Caución
 - Empresas constituídas
 - Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
 - Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II
- Secções selecionadas:
 - I – Animais vivos e produtos do reino animal
 - II – Produtos do reino vegetal
 - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
 - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
 - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
 - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
 - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
 - XI – Matérias têxteis e suas obras
 - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
 - XV – Metais comuns e suas obras
 - XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
 - XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
 - Estatísticas das Obras Concluídas
 - Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
 - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para habitação
 - Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
 - Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
 - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2011)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
 - Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
 - Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
 - Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
 - Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 7, n.º 8, n.º 9, n.º 10 e n.º 11
 - Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020
- Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do quarto trimestre de 2017 foi recolhida até ao dia 16 de março de 2018.

